



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000743-56.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transação**
 Requerente: **ANDREIA ROSA DA SILVA SHOLZ**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a segunda ré contrato para o aluguel de roupas, emitindo cheques para pagamento que quitou regularmente.

Alegou ainda que não obstante foi surpreendida com a notícia de que uma das cédulas havia sido protestada indevidamente pelo primeiro réu, protesto esse cancelado em seguida.

Almeja à declaração da inexistência de tal débito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

As preliminares arguidas pelo primeiro réu entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

O documento de fl. 15 representa o contrato firmado entre a autora e a segunda ré, enquanto os de fls. 16/18 patenteiam o cumprimento da obrigação a cargo da primeira.

É relevante notar, inclusive, que a segunda ré em momento algum impugnou tal fato, de sorte que prospera a pretensão exordial para que se declare a inexistência da dívida em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Solução diversa apresenta-se ao pedido para reparação de danos morais advindos do protesto indevido de um dos cheques dado em pagamento.

Quanto ao primeiro réu, é incontroverso que encaminhou a cártula a protesto porque ela foi objeto de endosso mandato em seu favor.

A propósito do assunto, a responsabilidade do endossatário mandatário rege-se pelo que dispõe a súmula 462/STJ, verbis: "*O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário*".

Vê-se, assim, que ficou consolidado o entendimento no sentido de que a responsabilização da instituição financeira, na qualidade de endossatária mandatária para cobrança de títulos de crédito, é excepcional, e não a regra.

A exceção reside na hipótese de conduta culposa do endossatário, hipótese que enseja a responsabilização solidária desta e do sacador do título perante a parte prejudicada pelo protesto indevido.

No caso dos autos, não reputo presente dado concreto que denote que o primeiro réu tenha obrado culposamente ou que tenha de algum modo exorbitado os poderes que lhe foram outorgados pela segunda ré.

Nada de objetivo foi amealhado a esse respeito, de sorte que não se cogita de sua responsabilização pelo evento.

Já quanto à segunda ré, ainda que se admita que o protesto injustificado dê margem a dano moral natureza passível de reparação, os documentos de fls. 132 e 133 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta outras pendências financeiras além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito, as quais não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

"Agravos Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido." (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

"Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido." (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que “*da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento*”.

Essa orientação aplica-se mutatis mutandis à hipótese dos autos, pouco importando que ela atine a protesto ou que as demais pendências já estariam excluídas à época dos fatos.

Na verdade, em essência a certeza é a de que a autora já por mais de uma vez esteve inscrita perante órgãos de proteção ao crédito por motivos variados, de modo que sua condição peculiar não a habilita ao recebimento da indenização postulada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**